



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Este documento é a primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e da base ao termo de referência a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação “Art. 5º, Inciso XX, da Lei 14.133/2021”.

### PROCESSO ADMINISTRATIVO

Município de São Vicente do Sul/RS

Secretaria Municipal de Educação

**Necessidade da Administração:** Execução Projeto de ADEQUAÇÃO, REFORMA E ADAPTAÇÃO DE QUATROS SALAS DE AULA PROVISÓRIAS NA EMEI CRISTO EDUCADOR, na Rua General Joao Manoel nº 1740, Centro, São Vicente do Sul/RS, através de recursos do FR- 1569, SV 1935, PA-2039 Manutenção das atividades de Ensino Infantil.

### 1. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

**2.1.** A contratação pretendida torna-se necessária em razão da urgência na ampliação provisória da infraestrutura física da EMEI Cristo Educador, mediante a adequação, reforma e adaptação de quatro salas de aula provisórias, diante do aumento da demanda por vagas na Educação Infantil e da insuficiência de espaços disponíveis para o atendimento adequado dos alunos matriculados.

**2.2.** A inexistência de espaços suficientes compromete o regular funcionamento das atividades pedagógicas, o cumprimento do calendário escolar e a observância dos parâmetros mínimos de conforto, segurança e salubridade exigidos pelos órgãos educacionais competentes. Tal situação demanda **solução imediata**, não sendo recomendável aguardar os prazos inerentes a um procedimento licitatório convencional, sob pena de prejuízo ao interesse público e ao direito fundamental à educação.

**2.3.** A contratação por **Pregão Eletrônico** justifica-se pela necessidade de atender à **demand emergencial** da rede educacional, garantindo **celeridade, eficiência e continuidade na prestação do serviço público**. Essa modalidade permite a aquisição de **bens comuns** com preços previamente competitivos e condições vantajosas, em conformidade com a **Lei nº 14.133/2021**, assegurando a pronta disponibilidade do mobiliário necessário e o atendimento imediato às unidades escolares

**2.4.** Ressalta-se que a contratação será restrita ao **estritamente necessário**, com prazo e objeto compatíveis com a solução provisória, observando-se os princípios da legalidade, economicidade, razoabilidade, eficiência e interesse público, bem como a devida justificativa de preços e escolha do fornecedor.

Diante do exposto, evidencia-se a **necessidade de contratação por Pregão Eletrônico**, a fim de viabilizar, em caráter **imediato**, a Execução do Projeto de ADEQUAÇÃO, REFORMA E ADAPTAÇÃO DE QUATROS SALAS DE AULA PROVISÓRIAS NA EMEI CRISTO EDUCADOR, garantindo **celeridade, eficiência e continuidade das atividades educacionais**, em conformidade com a **Lei nº 14.133/2021**.

### 2. DA CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO:

**2.1.** Não se aplica. A contratação pretendida não está prevista no Plano de Contratações Anual do Município de São Vicente do Sul, vez que se encontra autorizado no programa, que ocorre de forma ocasional.



#### **4. DOS REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE:**

**4.1.** Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia.

**4.2.** A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho.

**I.** Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais da obra, removendo e promovendo a devida destinação.

**4.3.** Requisitos normativos que disciplinam os serviços a serem contratados:

**I.** Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

**II.** Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;

**III.** Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;

**IV.** Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);

**V.** Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;

**VI.** Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

#### **5. DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E ALTERNATIVAS DISPONÍVEIS NO MERCADO:**

**5.1.** A estimativa das quantidades a serem contratadas deverão estar acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso V da IN 40/2020);

**5.2.** A demanda prevista será resultado do programa de necessidades estabelecido através de levantamento detalhado dos serviços e as quantidades dos mesmos, elaboração dos projetos técnicos detalhados, somados aos memoriais descritivos e/ou memorial de especificações de serviços, elaborados por equipe técnica devidamente capacitada, que resultará no orçamento completo da obra a ser executada, inclusive com valor final de referência da contratação;

**5.3.** Levando-se em conta as características do objeto demandado, entende-se que a melhor solução para a realização da obra é a execução indireta e a modalidade escolhida será a Concorrência;

**5.5.** O **Pregão Eletrônico** é a modalidade de licitação adequada para a aquisição de **bens e serviços comuns**, nos termos do art. 6º, inciso I, da **Lei nº 14.133/2021**, permitindo seleção da proposta **mais vantajosa** para a Administração, com **celeridade e transparência**, especialmente quando se trata de bens e serviços padronizados e passíveis de comparação objetiva de preços e condições.

**5.6.** Na concorrência a disputa de preços acontece entre quaisquer interessados, desde que comprovem preencher os requisitos de qualificação nos termos exigidos pelo edital;

**5.7.** Nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII, da Lei nº 14.133/21, a concorrência enquanto





administrativos e lucro.

**8.3.** A divisão gera perda de escala, não amplia a competitividade e não melhora o aproveitamento do mercado, pois os serviços são executados por empresas de mesmo ramo de atividade, além de indicar o fracionamento do objeto;

**8.4.** Então, pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração ou por representar possível prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

## **9. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:**

**9.1.** Almeja-se assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato;

**9.2.** A contratação decorrente do presente **Pregão Eletrônico** exigirá da contratada o cumprimento de **boas práticas de sustentabilidade**, contribuindo para a **racionalização e otimização do uso de recursos** e para a **redução dos impactos ambientais**

**9.3.** Considerando que a contratação será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, os benefícios diretos e indiretos concentram-se na **economicidade** e na **vantajosidade** para a Administração Pública. O procedimento eletrônico amplia a **competitividade entre fornecedores do mesmo ramo**, permitindo a obtenção de propostas com **preços compatíveis com os praticados no mercado** e a seleção da **proposta mais vantajosa**. A contratação observará os **requisitos previamente estabelecidos no instrumento convocatório**, em conformidade com os princípios do **planejamento, eficiência, transparência, isonomia** e do **desenvolvimento nacional sustentável**, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**, contribuindo para a **racionalização, otimização e adequado emprego dos recursos públicos**.

**9.4.** A empresa contratada deverá atender todos os requisitos estabelecidos no Edital de Pregão Eletrônico e Projeto Básico.

**9.5.** A contratação deve ter resultados positivos, com a melhor prática de execução dos serviços de obras de reforma, de acordo com o Projeto Básico, mantendo-se o padrão de qualidade, ou superior, já empregado na área a ser intervinda;

**9.6.** Pretende-se, com o processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município.

## **10. DAS PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:**

**10.1.** Visando a correta execução do contrato, a Contratante / Contratada deverão observar as regras estabelecidas pela Lei n.º 14.133 de 2021 acerca das diretrizes quanto a participação no procedimento, execução e fiscalização da obra e serviços de engenharia, bem como obedecer às normas correlatas relacionadas ao objeto da contratação.

**10.2.** A Secretaria requisitante indicará servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato.

**10.3.** Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

- I. Elaboração do Projeto Básico;
- II. Elaboração de minuta de contrato;
- III. Encaminhamento do processo para análise jurídica;
- IV. Análise da manifestação jurídica, e se necessário o atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;
- V. Publicação e divulgação do edital e anexos;
- VI. Resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;
- VII. Realização do certame, com suas respectivas etapas.

## **11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:**

**11.1.** Inicialmente, não existem em andamento contratações correlatas ou interdependentes que venham a interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento da futura contratação.